



SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAR AS POLÍTICAS E A IMAGEM DOS PROGRAMAS DO MDS

Fundação Euclides da Cunha de apoio institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF)
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Brasília, setembro de 2005

Sumário Executivo

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAR AS POLÍTICAS E A IMAGEM DOS PROGRAMAS DO MDS

1. Apresentação

A Pesquisa de opinião pública para avaliar as políticas e a imagem dos programas do MDS foi contratada por meio de processo licitatório fruto de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) – Projeto UTF/BRA/064 – e executada pela Fundação Euclides da Cunha de apoio institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF).

O objetivo principal da pesquisa foi investigar o nível de conhecimento da população sobre os programas sociais do Ministério e a avaliação que esta manifesta sobre o desempenho de tais programas. Assim, buscou-se investigar como, nas distintas regiões do país, a população percebe e avalia as iniciativas do MDS e do Governo Federal de combate à fome e à pobreza, especialmente, em relação ao Programa Bolsa Família e à Estratégia Fome Zero, embora também tenham sido abordados outros programas e ações das áreas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional.

A pesquisa foi realizada entre julho e setembro de 2005.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada em 108 municípios, espalhados por todas as unidades da federação. Ao todo, foram realizadas 6.008 entrevistas domiciliares espalhadas nas cinco grandes regiões – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com aproximadamente 1.200 entrevistas por região –, apresentando uma distribuição proporcional por sexo, idade e escolaridade.

A distribuição das entrevistas em cada município considerou também o porte populacional destes. Assim, o percentual de entrevistas por municípios segundo o tamanho da população alcançou a seguinte distribuição: 32% em municípios com população acima de 500 mil habitantes, 30% em municípios que possuem entre 100 e menos de 500 mil habitantes, 28% em municípios com população entre 20 e menos de 100 mil habitantes e 10% em municípios com menos de 20 mil habitantes.

3. Resultados

No que diz respeito ao perfil de renda dos entrevistados, 21,9% dos entrevistados tinham renda de até um salário mínimo; quase a metade (46,7%) tinha renda entre um e três salários mínimos; 18,6% recebiam entre três e cinco salários mínimos e 12,8% recebiam mais do que cinco salários mínimos (sendo que 3,6% ganhavam mais de dez salários mínimos).

Quando perguntados sobre qual o Ministério responsável pela implantação dos programas sociais, 92,2% não souberam informar. Este percentual foi praticamente o mesmo nas cinco regiões do país, independentemente do porte dos municípios. Houve alguma variação nessa resposta na comparação entre os grupos com diferentes escolaridades e renda familiar: 30,9% dos entrevistados com nível superior completo, 16,5% dos entrevistados com renda entre três e cinco salários mínimos e 23,6% das pessoas com renda acima de dez salários souberam identificar o MDS espontaneamente.

Quando perguntados explicitamente sobre o conhecimento do MDS, 22% disseram não conhecer tal órgão, 60% declararam já ter ouvido falar e 18% disseram conhecer o Ministério. A diferença entre as regiões do país é muito pequena, sendo o Sul e o Sudeste as regiões com maiores percentuais de pessoas que disseram conhecer o MDS (21,4% e 20,1%, respectivamente). Também não houve diferenças significativas entre municípios de diferentes portes populacionais, mas há, novamente, uma relação positiva entre a escolaridade e renda e o conhecimento do Ministério.

Para todos os entrevistados foi perguntado se, espontaneamente, seriam capazes de lembrar-se de algum programa social do governo Lula, ao que metade respondeu afirmativamente e citou no mínimo um e no máximo dois programas sociais de que tinham lembrança. As regiões Sul (45,4%) e Sudeste (38,7%) apresentaram os menores percentuais de pessoas que se lembraram de algum programa social. Os programas mais citados nas respostas foram o Fome Zero (44%), o Bolsa Escola (19%) e o Bolsa Família (14,8%). Os demais programas foram muito menos citados, não chegando a 4% das respostas.

Após a pergunta espontânea sobre os programas, foram feitas questões diretas sobre alguns deles. Os resultados indicam um alto grau de conhecimento sobre o Programa Bolsa Família (PBF): do total da amostra, 63% conhecem tal programa, 29% já ouviram falar dele e apenas 9% não o conhecem. A população da região Nordeste é a que mais conhece o PBF (73%), e a que menos o conhece é a região Centro-Oeste (51%). Nas demais regiões, o grau de conhecimento variou entre 62 e 64%. O porte do município não influenciou significativamente no conhecimento do programa.

Quanto maior a escolaridade, maior o conhecimento do PBF, variando entre 45% entre os sem escolaridade a 75% entre os de nível superior. Com relação à idade, quanto mais velho o entrevistado, maior foi o grau de desinformação. A avaliação do programa é, de maneira geral, positiva: 83,1% avaliaram o PBF como bom ou ótimo, enquanto 6,7% o avaliaram como ruim ou péssimo e 10,2% como regular.

Quanto às regras aplicadas para que o beneficiário continue usufruindo do programa, a mais conhecida é a de que os beneficiários são obrigados a manter os filhos na escola (96%).

Sobre as pessoas que recebem o PBF, 57,1% dos entrevistados acham que a maioria dos beneficiários é pobre, 34,7% acham que, ao contrário, a maioria não é pobre. Somente 6,6% dos entrevistados acham que todos os beneficiários são pobres. Não se observou diferenciação de opiniões entre pessoas com distintas situações socioeconômicas, ou entre beneficiários e não beneficiários do programa. O mesmo acontece nos cruzamentos entre esta pergunta e as regiões do país ou entre municípios mais populosos e menos populosos. Em todos os cruzamentos e para todas as situações, os percentuais apresentaram a mesma tendência descrita acima, com variação mínima.

De uma listagem de programas sociais apresentada ao entrevistado, os mais conhecidos foram o Bolsa Escola, o Vale Gás e o Bolsa Alimentação. Os menos conhecidos foram os programas Cisternas e o Agente Jovem. Nas regiões Norte e Nordeste se concentram os maiores percentuais de conhecimento do Programa Bolsa Escola.

Como no caso do Bolsa Família, a região Centro-Oeste teve o menor percentual (44,4%) de pessoas que disseram conhecer o Fome Zero. A região Nordeste apresentou o maior percentual (68%). O conhecimento variou grandemente em função da escolaridade, idade e renda dos entrevistados, além de ser mais conhecido nos municípios de maior porte.

De forma geral, a Estratégia Fome Zero goza de uma boa avaliação: mais de 80% dos entrevistados nas cinco regiões do país a avaliaram como boa ou ótima. Não há diferenças significativas na avaliação do Fome Zero entre as regiões. De forma geral, mais de 65% da amostra daria nota entre sete e dez para a iniciativa do Fome Zero, sendo que 24,2% dariam nota dez. Quanto mais pobre é o entrevistado, melhor é avaliação sobre o Fome Zero.

Apesar da boa avaliação, quanto aos resultados do Fome Zero, 49,4% dos entrevistados acham que a Estratégia Fome Zero não estaria conseguindo resolver o problema da fome; 30,7% disseram que os seus objetivos são políticos e apenas 19,9% afirmaram que o programa está ajudando a acabar com a fome no Brasil. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, chama atenção a preocupação dos entrevistados quanto aos objetivos políticos estarem à frente da redução da fome. Nas regiões Norte e Nordeste, mais da metade dos entrevistados concordaram que, apesar de doar aos pobres, a Estratégia não resolve a fome.

Considerando a escolaridade, quanto menos instruído, maior o percentual de pessoas que acham que a Estratégia estaria ajudando a acabar com a fome. O mesmo se observa com relação à renda familiar: quanto menor a renda, maior o percentual dos que acham que a fome está diminuindo com a ajuda do Fome Zero.

Respondendo a pergunta estimulada, mais de 66% dos entrevistados concordam ou concordam em parte que o Fome Zero está conseguindo atingir a população mais carente do país.

O Presidente da República (Lula), para 68% dos entrevistados, foi o administrador público avaliado mais positivamente, por suas iniciativas e pelas ações de combate à fome e à pobreza. Nesse aspecto, os prefeitos dos municípios foram os avaliados mais negativamente. Na opinião dos entrevistados, quando comparado aos governos anteriores, o governo Lula apresentava melhor desempenho e para 52% da amostra, o governo Lula tem maior compromisso no combate à pobreza e à fome.

Com relação ao sucesso na meta de redução da fome, apenas 42% dos entrevistados consideram que o governo conseguiu reduzir a fome, 48% acham que a fome se manteve na mesma situação e 10% acham que a fome aumentou.

A pesquisa também investigou a percepção dos entrevistados sobre a suficiência ou não da quantidade de alimentos consumidos pelas famílias. Neste aspecto, quase 10% dos entrevistados declararam que a quantidade de alimentos consumidos pela família muitas vezes não era suficiente para alimentar a todos; 24,3%, que a quantidade algumas vezes não era suficiente e 65,9%, que a quantidade de alimentos era sempre suficiente. A região Nordeste apresentou os maiores percentuais de famílias cujo alimento muitas vezes não era suficiente para o consumo (18%). O mesmo ocorre com a população autodeclarada preta (15%) e parda (11%)¹. Para as mulheres entrevistadas que se declararam chefes de domicílio, 42,6% consideraram que os alimentos consumidos pela família, muitas ou algumas vezes, não eram suficientes, contra 34,4% dos homens na mesma situação.

Das 6.008 pessoas entrevistadas em todo o Brasil, 920 (17% das respostas válidas) recebiam o Bolsa Família, ou tinham, em seu domicílio, alguém que o recebia. As regiões Norte (27,5%) e Nordeste (27,2%) foram as que apresentaram os maiores percentuais de entrevistados que também eram beneficiários do PBF e a região Centro-Oeste, o menor percentual (13,8%).

Para a maioria dos entrevistados que recebiam o Bolsa Família, a quantidade de alimentos consumidos pela família era sempre suficiente (54%), mas, para 32,4%, os alimentos nem sempre eram suficientes e, para 13,5%, muitas vezes os alimentos não eram suficientes para a família.

Para a maioria destes entrevistados, o programa melhorou suas vidas: 12,2% afirmaram que melhorou bastante e 59,4%, que melhorou um pouco, em contraposição a 28,4% dos beneficiados que afirmaram que o programa não melhorou em nada a vida que levavam.

¹ A variável “cor” não fez parte das cotas fixas de amostragem e foi obtida por autoclassificação, em pergunta de resposta estimulada, utilizando a mesma categorização utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ficha Técnica

Execução

Fundação Euclides da Cunha de apoio institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF)

Coordenador-Geral

Victor Hugo de Carvalho Gouvêa

Coordenação adjunta

Salete Da Dalt

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Rômulo Paes de Souza

Diretora de Avaliação e Monitoramento

Jeni Vaitsman

Coordenadora Geral de Avaliação e Monitoramento de Execução e Impacto

Cláudia Regina Baddini Currello

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Luís Otávio Pires Farias

Edição e Diagramação deste Sumário Executivo

Revisão

Marina Pereira Novo

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Thaise dos Santos Leandro

Diagramação

Tarcísio da Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi